

NA

DEPOIMENTO INICIAL DE JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA HONÓRIO

Na Comissão Parlamentar de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo

29 de Janeiro de 2015

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Inquérito Parlamentar, Exmas. Senhoras Deputadas e Exmos Senhores Deputados

O objectivo deste meu depoimento inicial é o de, por um lado e face às deturpações mediáticas a que tenho assistido, esclarecer a intervenção que tive no auxílio analítico a representantes do GES durante um período de cerca de duas semanas em Abril de 2014 e, por outro lado, descrever o enquadramento do exercício das minhas funções de administrador do BES, entre os dias 14 de Julho de 2014 e 3 de Agosto desse mesmo ano e de administrador do Novo Banco, entre os dias 4 de Agosto desse mesmo ano e 16 de Setembro de 2014.

Começaria por dizer que tem sido com particular incómodo que tenho visto recorrentemente na imprensa, serem noticiados factos que me envolvem e que, ou são manifestamente falsos, ou são claramente exagerados ou, ainda, são publicitados fora do seu devido contexto, o que é susceptível de induzir a formulação de juízos errados sobre actos por mim praticados ou sobre as minhas reais intenções subjacentes a esses actos. Por isso, quero começar por esclarecer definitivamente tais aspectos.

Antes de mais, gostaria de referir que tenho atrás de mim uma longa carreira profissional, iniciada em 1979 como Adjunto da Gerência da Sociedade Comercial Guérin, S.A. – Filial de Coimbra, ao mesmo tempo que terminava a minha licenciatura em Economia na Universidade de Coimbra, o que ocorreu em 1980, que passou depois pelos serviços técnicos do Banco de Fomento Nacional, pela Divisão de Planeamento da BP Portuguesa, pela chefia do Departamento Comercial da sucursal portuguesa do Generale Bank e que foi concluída (antes de chegar ao BES), no Grupo Queiroz Pereira.

Ao Grupo Queiroz Pereira dediquei 24 anos da minha vida profissional, onde comecei, em 1989, como Assessor do Conselho de Administração da Cimianto, e onde terminei em Fevereiro de 2014 quando era Presidente da Comissão Executiva da Portucel, cargo a que me dedicava quase a tempo inteiro desde Junho de 2004, e quando era igualmente administrador da Semapa, da Secil e de um conjunto de sociedades participadas por aquelas entidades.

Tive o privilégio de fazer parte de uma equipa extraordinária que construiu, desde o seu início em 1989, com poucos recursos e ao longo de mais de 24 anos, o que é hoje o grupo Semapa e de onde destaco a oportunidade de liderar e de transformar o grupo Portucel na melhor empresa do seu sector a nível mundial, com base numa cultura de meritocracia, duplicando o seu valor em 10 anos, entregando-a em Fevereiro de 2014, com uma situação financeira invejável, com opções de desenvolvimento construídas, sem quaisquer tipo de restrições, financeiras ou outras, para poder prosseguir o caminho do desenvolvimento sustentável, mau grado os custos de contexto da economia portuguesa.

Entendi, todavia, que mais de 24 anos volvidos, o capítulo da minha vida que se confundia com o grupo Semapa pela dedicação exclusiva que lhe tinha consagrado, deveria encerrar-se. Dei conhecimento ao Senhor Pedro Queiroz Pereira das razões pessoais da minha decisão e depois acordámos no melhor momento para a minha saída do Grupo.

//

Foi, pois, na sequência da minha saída do Grupo Semapa e do seu conhecimento público que fui abordado, em meados de Março de 2014, pelo Dr. Ricardo Salgado e pelo Dr. José Manuel Espírito Santo Silva, para me convidarem para presidir à Comissão Executiva da Rio Forte.

E é aqui que começa a minha intervenção ao nível do GES, cujos contornos têm vindo a ser grandemente distorcidos e que, por isso mesmo, quero começar por esclarecer, repondo a verdade dos factos.

Assim e aquando do referido convite, foi-me referido que o Grupo Rio Forte estava integrado no universo GES, desenvolvendo um conjunto de atividades em vários sectores – turismo, viagens, hotelaria, desenvolvimento e promoção imobiliária, saúde, imobiliário, agropecuária, energia, construção civil, para além de gestão de um conjunto de outras participações financeiras -, com presença em 3 continentes.

Seria intenção tornar a Rio Forte, na “holding”, que concentraria as atividades não financeiras e financeiras do GES, neste último caso, através da participação, directa e indirecta, na ESFG, tornando-se assim na principal “holding” operacional do grupo.

O desafio que me propunham era então o de ser Presidente da Comissão Executiva do ramo não-financeiro do GES gerido pela Rio Forte, pois a área financeira, cuja holding era a Espírito Santo Financial Group e onde se incluía o BES, tinha, e iria continuar a ter, uma gestão totalmente autónoma.

O projeto para o qual era desafiado era, pois, o de reestruturar e desenvolver a carteira de negócios do ramo não financeiro do grupo Rio Forte (concretamente ao nível das atividades das subsidiárias e participadas da Rio Forte), solidificar o seu Balanço e a Demonstração de Resultados, detectar oportunidades de negócio, criar valor, promover um aumento de capital da “holding” Rio Forte e cotá-la em bolsa, para assim prosseguir um processo sustentado de crescimento e de diversificação.

Na altura em que o convite me foi formulado não conhecia o universo Rio Forte nem tinha qualquer informação financeira disponível que me habilitasse a ponderá-lo devidamente, pelo que, para poder entender e decidir sobre o mesmo, era para mim imperioso ter mais informação sobre o grupo Rio Forte e respetivos projectos de futuro.

Nesse sentido, transmiti aos Drs. Ricardo Salgado e José Manuel Espírito Santo Silva que, para poder decidir sobre o convite que me haviam dirigido necessitaria de ter mais informação sobre o Grupo Rio Forte, tendo-me sido facultados os elementos informativos que consideraram relevantes.

Posteriormente, solicitei um conjunto de informação adicional sobre a Rio Forte e participadas e cópia do relatório da auditoria externa à Espírito Santo International que havia sido pedida pelo Banco de Portugal, conforme noticiado à data pela imprensa, por forma a perceber o enquadramento que poderia condicionar a Rio Forte, uma vez que a Espírito Santo International era a acionista única da Rio Forte e um credor muito relevante desta.

No dia 5 de Abril de 2014, sábado, sou convidado a partilhar com os membros do Conselho Superior do GES a leitura que fazia da informação recebida da Rio Forte. Acedi, com a ressalva de que a mesma não era suficiente para fazer uma leitura exaustiva e precisava de tempo para conhecer no terreno, os negócios e as equipas de gestão, para então poder formar uma opinião fundamentada e responder se aceitava ou não ser Presidente da Comissão Executiva da Rio Forte.

Para me permitir ter acesso às pessoas que integravam as equipas de gestão e conhecer os negócios no terreno, poderia dizer-se que eu seria Senior Advisor do Presidente do Conselho de Administração da Rio Forte, que era então o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo. Foi-me pedida permissão para que se fizesse também referência pública a esse meu envolvimento, dado o grupo entender que isso seria credibilizante para a empresa. Acedi ao pedido, sublinhando, todavia, a precariedade dessa situação.

Continuava, no entanto, sem ter qualquer informação sobre a Espírito Santo International.

No dia 7 de Abril de 2014 fui informado que a Espírito Santo International teria um passivo financeiro da ordem dos 4,7 mil milhões de Euros, o que, adicionado à dívida do Grupo Rio Forte, perfazia um total de cerca de 7,6 mil milhões de euros.

Nos dias seguintes, comuniquei, em conversa havida com os membros do Conselho Superior do GES, que não estaria disponível para aceitar o convite que me fora formulado para vir a presidir à Comissão Executiva da Rio Forte, por ter chegado à conclusão que o projeto que me fora proposto não seria exequível, dada a situação financeira da empresa e do Grupo GES, que apontava para a necessidade de alienação da totalidade dos activos não financeiros da Rio Forte, para reembolsar dívida própria e da Espírito Santo International.

Na verdade, afigurava-se-me que a forma de lidar com aquele montante de dívida seria, unicamente, por via do início, no mais curto espaço de tempo possível, de um processo negocial com os respetivos credores com vista a converter parte dos créditos em capital, alongar o prazo de maturidade da dívida remanescente, reduzir o respetivo custo, procedendo-se, igualmente, à alienação programada de todos os ativos do ramo não financeiro e concentrar toda a atenção na preservação e gestão do ramo financeiro do Grupo.

Para além dos aspectos relacionados com o desafio profissional que me fora proposto, a situação que me tinha sido dada a conhecer deixou-me deveras preocupado, como cidadão informado e interessado, por se tratar de um grupo económico de grande dimensão e notoriedade, accionista de referência de um dos maiores grupos bancários do país e com uma grande visibilidade internacional. Sendo assim, o seu desmoronamento desordenado não poderia deixar de constituir um sério factor de risco reputacional para o país e para a sua economia, a que não deixaria de acrescer um risco macroeconómico e sistémico. Tudo isto, ainda para mais, num momento em que Portugal se esforçava por conseguir uma “saída limpa” do Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em Maio de 2011 com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

Face à minha recusa em aceitar o cargo que me tinha sido proposto, foi-me então pedido que, ao menos, aceitasse participar, como pessoa independente do GES, em algumas conversas privadas e informais, de “brain storming” com os membros do Conselho Superior destinadas a identificar caminhos para a resolução da crise do Grupo e em os acompanhar a reuniões com decisores políticos.

Assim, e pela preocupação já expressa, entendi que não deveria recusar este pedido, nem a oportunidade associada de, na medida das minhas disponibilidades, poder contribuir para minorar os impactos adversos que daquela situação pudessem resultar para a economia nacional e para o País em geral, na medida em que o desmoronamento do grupo poderia impactar em muitas empresas e muitas famílias, inocentes no processo. Mas sempre sublinhando que não deveria haver quaisquer dúvidas quanto à minha independência face ao GES, cuja afirmação insisti que fosse também sustentada pela minha recusa em auferir qualquer remuneração por aquela participação.

Foi, portanto, neste contexto que participei subsequentemente em partes de algumas, poucas, reuniões do Conselho Superior do GES, a convite do Dr. Ricardo Salgado e do Dr. Manuel Fernando Espírito Santo.

Permitam-me, a este propósito, que refira que nunca tive conhecimento que tais reuniões do Conselho Superior fossem gravadas, nem nunca me foi pedido – e conseqüentemente, não foi dado - o meu consentimento para gravar conversas minhas com membros do Conselho Superior, nem estou em condições de poder aqui asseverar que as supostas transcrições de tais gravações e que vi publicadas na imprensa, sejam, sequer, exatas ou que estejam devidamente contextualizadas. Sei, no entanto, qual era a minha linha de raciocínio e o que aí procurei explicitar, e é isso mesmo que aqui me proponho fazer de seguida.

A situação que se me apresentava era a seguinte: aquele que era à data o maior grupo empresarial português defrontava-se com um passivo financeiro combinado do seu ramo não financeiro que ascendia a 7,6 mil milhões de Euros, o equivalente a cerca de 4,5% do PIB nacional, e encontrava-se na iminência de entrar em incumprimento com as suas obrigações se esse passivo não fosse rapidamente renegociado e se não fosse implementado um programa acelerado de desalavancagem do Grupo.

Nessa altura, o futuro do Grupo GES estava já, em minha opinião e como se veio a verificar, nas mãos dos seus credores e dos decisores políticos. Qualquer eventual solução para a situação precária do Grupo que não passasse por o deixar cair desordenadamente precisaria de ser discutida, negociada e contratualizada.

Um eventual incumprimento do Grupo teria impactos enormes e imprevisíveis para o País, como já referi, pelo que não me pareceu possível sequer imaginar que um desmoronamento desordenado dessa dimensão pudesse ser indiferente às autoridades do País e da Comissão Europeia. Entendi, pois, que seria fundamental dar rápido e detalhado conhecimento da situação às entidades oficiais, nomeadamente ao Governo e ao Banco de Portugal, para que estas entidades, na posse da informação relevante, decidissem, consoante o seu melhor entendimento, como proteger os interesses do País.

Recorde-se que Portugal estava sob um Programa de Assistência Financeira Externa e iria decorrer, por essa altura, uma avaliação da troika.

Com base nos elementos de que então dispunha, ainda que manifestamente incompletos e insuficientes, entendi que, apesar de ser uma situação extraordinariamente difícil, haveria que analisar de forma fundamentada e detalhada se poderia, e se valeria a pena, ser percorrido um caminho que, mesmo que longo e muito estreito, merecesse a ajuda e a boa vontade das partes interessadas, para desembocar, ao fim de alguns anos, num grupo mais pequeno, em melhor situação financeira, ainda que com fragilidades, mas evitando-se, por esta via, as graves repercussões, inclusivé ao nível do País, de um desmoronamento desordenado e imediato do ramo não financeiro do GES.

Dada a complexidade de envolvimento de várias jurisdições e de vários tipos de passivo, qualquer eventual solução precisaria de tempo para ser discutida, negociada e contratualizada, parecendo-me necessário haver coordenação entre os reguladores dos vários mercados que acompanhassem a par e passo todo o processo e, posteriormente, a respetiva execução ao longo do tempo. Era urgente tomar a iniciativa de desencadear o início deste processo, e daí a necessidade também de fazer contactos, inclusivé ao nível do presidente da Comissão Europeia.

Por tudo isto, sugeri que dessem imediato conhecimento, verdadeiro e completo, da situação em que se encontravam, ao Governo, ao mais alto nível, ao Presidente da Comissão Europeia, ao Governador do Banco de Portugal e aos principais credores e que solicitassem ajuda para a implementação de um plano de recuperação, não se pretendendo, com isso, exercer qualquer suposta influência sobre decisores políticos ou a obtenção de vantagens indevidas de qualquer espécie.

O que propus foi, como referi, que se seguisse um processo em tudo idêntico ao que é seguido em outras situações de dificuldades financeiras por parte de grupos económicos, embora com o conhecimento e envolvimento dos decisores políticos dada a magnitude do problema e o potencial impacto deste no País, em moldes semelhantes aos que são seguidos em qualquer outro país em que ocorrem situações idênticas.

Foi isso que veio a ser feito, e com essa motivação, pelo menos da minha parte, nas reuniões em que participei e que tanto quanto me recordo, terão ocorrido durante o mês de Maio de 2014, entre membros do GES com membros do Governo, com o Banco de Portugal e com o Presidente da Comissão Europeia.

Neste contexto, aceitei acompanhar os Drs. Ricardo Salgado e José Manuel Espírito Santo Silva a uma reunião com o Senhor Primeiro Ministro, a uma reunião com o Senhor Vice Primeiro Ministro, a uma reunião com a Senhora Ministra das Finanças, a uma reunião com o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, a uma reunião com o Senhor Governador do Banco de Portugal e a uma reunião com o Senhor Presidente da Comissão Europeia.

Nessas reuniões o Dr. Ricardo Salgado entregou um Memorando, descreveu a situação do GES e as medidas que se propunha tomar para solucionar o problema, tendo solicitado a respetiva ajuda institucional para o efeito.

Em todas essas reuniões – não obstante deixar clara a minha posição de independente do Grupo GES e de não ter qualquer interesse económico – manifestei a minha preocupação pelos impactos no País, nas famílias e na economia nacional, de uma muito provável implosão desordenada do ramo não financeiro do GES, incluindo o impacto na reputação de Portugal num momento em que se preparava o respetivo retorno aos mercados de dívida.

O meu envolvimento, traduziu-se, assim, para além da leitura de alguma documentação, a reuniões durante cerca de duas semanas em Abril, algumas conversas privadas, pontuais e esporádicas, com o Conselho Superior do GES e, no acompanhamento dos responsáveis do grupo às reuniões supra referidas, que tinham sido acordadas e que foram entretanto marcadas.

No que agora respeita ao exercício das minhas funções enquanto administrador do BES e, posteriormente do Novo Banco, gostaria de começar por referir que, e surpreendentemente para mim, no dia 9 de Julho de 2014 recebo um convite do Dr. Vítor Bento para integrar o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, secundado, no dia seguinte, pelo Senhor Governador do Banco de Portugal, que me telefonou, insistindo para que eu aceitasse integrar a administração do BES, por isso ser importante para o banco e para o País.

Quer o Dr. Vítor Bento, quer o Senhor Governador, colocaram-me o assunto como tratando-se de uma missão patriótica de superior interesse nacional. E a ideia que me foi transmitida foi a de que o BES era um banco sustentável, sobretudo após se haver realizado, com sucesso, um recente aumento do seu capital social no montante de cerca de mil milhões de Euros.

Aceitei o referido convite imbuído desse espírito de missão, convencido da viabilidade do banco, da necessidade de estabilizar a sua gestão e de recuperar a sua imagem e credibilidade junto de investidores, clientes e do público em geral.

Coloquei como condição para a minha designação como administrador, tal como o fizeram os demais administradores a serem designados (o Dr. Vítor Bento e o Dr. Moreira Rato), que o início de funções de administrador do banco apenas ocorresse após a aprovação das respetivas contas semestrais, facto que se previa, inicialmente, que iria ter lugar no dia 25 de Julho de 2014, isto por entender que não

fazia sentido envolver-me na preparação e na aprovação de contas relativas a um período de tempo em que não tinha participado na vida do banco.

Dia 12 de Julho, face à insistência do Banco de Portugal num imediato início de funções, justificado pela necessidade de dar sinais positivos ao mercado que contribuíssem para recuperar a imagem do BES, muito negativamente afetada pelos acontecimentos que se vinham então sucedendo, nomeadamente ao nível do GES, acedi, em conjunto com o Dr. Vítor Bento e com o Dr. João Moreira Rato, iniciar as minhas funções de administrador do banco no dia 14 de Julho de 2014, após o Banco de Portugal nos haver, através de instrução expressa, colocado à margem de qualquer envolvimento na elaboração ou aprovação das contas semestrais do BES, tal como veio efetivamente a suceder

A realidade com que me deparei no banco foi, todavia, completamente distinta daquela que me havia sido relatada e de tudo o que poderia imaginar. A descrição que aqui foi feita pelo Dr Vítor Bento sobre as condições em que exercemos as nossas funções e os desafios que então enfrentámos dispensa-me de fazer aqui uma nova descrição desse período da vida do banco.

Em 3 de Agosto de 2014 o BES é objeto de uma medida de resolução por parte do Banco de Portugal.

A medida de resolução consubstanciou, ela própria, uma nova alteração substancial e imprevisível das circunstâncias que me levaram a aceitar o cargo de administrador do BES. A minha anuência em aceitar o convite que me foi novamente dirigido pelo Senhor Governador do Banco de Portugal para passar para administrador do Novo Banco deveu-se, uma vez mais, ao renovado apelo feito então pelo Senhor Governador do Banco de Portugal, ao nosso espírito de missão e, às consequências negativas, para o banco e para o sistema, se aquele não pudesse abrir na 2ª feira seguinte, com uma Administração credível.

Isto conjugado com o facto de nos ter sido assegurado que o banco de transição então criado por via da resolução se destinava a ser reestruturado e reconfigurado, por forma a poder ser dotado de uma nova base acionista privada, preferencialmente com recurso a investidores-âncora e com dispersão do seu capital em bolsa. Note-se que, para permitir este modelo de alienação do banco de transição, veio a proceder-se, inclusivamente, a uma nova alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, por via do DL 114-B/2014, de 4 de Agosto de 2014, que entrou em vigor logo no dia imediato ao da sua publicação.

Entretanto, e como já é do conhecimento geral, as coisas acabaram por evoluir de forma diferente e o modelo de alienação do banco para que convergiu a preferência das autoridades afastou-se daquele cuja implementação nos tinha sido inicialmente confiada.

Tornou-se então evidente para nós que as expectativas sucessivamente goradas desde o início do projecto à frente do BES e depois do Novo Banco, e a redefinição do cenário de concretização para a alienação do mesmo, aconselhavam a uma substituição da equipa dirigente por uma outra, disponível e motivada, que se se pudesse focar, sem reservas, na concretização da tarefa entretanto clarificada. Desta forma, entendi, em conjunto com os Drs. Vítor Bento e João Moreira Rato, apresentar a renúncia ao cargo de administrador do Novo Banco.

Do que se passou durante a nossa curta estadia no Novo Banco, já também o Dr. Vítor Bento aqui deu conta, pelo que me dispense novamente de o repetir. Gostaria, contudo, e uma vez que a sua intervenção se centrou mais nos aspectos institucionais, de acrescentar o que a equipa de gestão – que para além dos três elementos já mencionados, incluía mais quatro administradores com larga experiência bancária no BES – realizou nesse curto espaço de tempo.

De facto, dentro do quadro limitativo em que podíamos desempenhar as nossas funções, e no que dependia de nós, considero que a administração do Novo Banco esteve particularmente atenta às questões relevantes que imediatamente se colocaram, senão vejamos:

- A concessão de crédito à economia, apesar da situação vivida, decorreu com particular empenho, tendo-se recuperado as situações de atraso provenientes do processo de recomposição da Comissão Executiva do BES e da aplicação da medida de resolução, não sendo do meu conhecimento que o banco tenha alguma vez recusado operações por outra razão que não fosse a decorrente da análise de risco;
- Pela primeira vez, aprovou-se em Conselho Administração o quadro de condições a praticar pelo Banco para captação de recursos por forma a que todos os agentes comerciais tivessem capacidade de decisão imediata e diferenciada, consoante o nível de responsabilidade, sobre as condições que poderiam propor aos Clientes, desburocratizando-se o processo de tomada de decisão e reforçando o controle interno;
- Efectuou-se a cobertura, em condições de mercado muito difíceis, da exposição cambial 4,6 mil milhões de USD do Novo Banco e que resultou do total provisionamento, pela medida de resolução, do crédito ao BESA (i.e. o activo foi anulado, mas mantinha-se o passivo que cambialmente o compensava). Tendo presente a evolução da taxa de câmbio EUR/USD entretanto verificada esta decisão terá evitado um prejuízo potencial no Novo Banco que estimo em cerca de 450 milhões de euros (fixing à data de 31 de Julho EUR/USD: 1,3379);
- Tomaram-se todas as decisões que permitiram proceder à mudança de marca, imagem e de sinalética do BES para o Novo Banco, dentro do período de tempo previsto na medida de resolução, e onde se inclui a simbologia que hoje está presente em todos os balcões;
- Apresentou-se ao Banco de Portugal um quadro/proposta para resolução dos grandes problemas vividos pelos clientes do Novo Banco e que haviam sido clientes do BES e que se encontravam expostos a dívida emitida por entidades do grupo GES e a obrigações emitidas pelo BES;
- A auditoria às operações de recompra de instrumentos de dívida própria elaborada pela PWC foi muito aprofundada e o respectivo relatório foi enviado ao Banco de Portugal;
- Lançou-se a preparação de um Plano de Médio Prazo do Novo Banco visando um objectivo explícito de se vir a atingir um "Return on Equity" (ROE) de 10%, tendo-se para o efeito contratado a Mckinsey;
- Procedeu-se, com a ajuda de uma reputada empresa de consultoria, à identificação dos activos passíveis de alienação, arrumados em 4 grandes grupos (Títulos, Imobiliário, "Non Performing Loans" (NPLs) e Crédito);
- Fixaram-se os objetivos de recuperação de recursos para o 3º Quadrimestre;
- Preservou-se o relacionamento com a PDVSA, cliente muito importante do banco e procedeu-se à formalização e ao reforço material dos colaterais;

Termino esta minha intervenção, agradecendo a Vossas Excelências a oportunidade que me foi dada para esclarecer um conjunto de factos relacionados com a minha alegada assessoria ao grupo GES e com o exercício das minhas funções de administração no BES e no Novo Banco.

Fico, obviamente, ao dispor de Vossas Excelências para responder a quaisquer perguntas que me queiram colocar.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2015



José Alfredo de Almeida Honório